



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 21

Sessão Ordinária de Setembro

2.ª Reunião de 06-10-2010

Aos seis dias do mês de Outubro de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Silvestre Paiva da Silva, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e António Manuel Santos Salavessa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do Vogal:[01](#)
Sesnando Alves dos Reis

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira (chegou às 23:00 horas), Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, João Francisco Carvalho de Sousa (chegou às 21:00 horas) e José Manuel Gaspar Martins (chegou às 20:50 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião do vogal, António Manuel Pinho Regala, pelo sucedâneo na lista de candidatura, António Manuel Santos Salavessa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e David Paiva Martins, se fizeram substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira e Silvestre Paiva da Silva, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Da Câmara Municipal

Vice-Presidente Carlos Santos⁰³

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰⁴

Vogal Ivar Corceiro (BE) ⁰⁵

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶

“Boa noite Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, estimados colegas deputados e distinto público.

Começo a minha intervenção com a Comunicação Escrita do Senhor Presidente da Câmara. Acho que se fez um bom trabalho durante estes últimos três meses.

Relativamente às portagens e às SCUT (tem sido mais que discutido) penso que enquanto não ficar totalmente definido, deve ser ponto de discussão em todas as nossas assembleias.

Também quero congratulá-lo sobre o Regulamento dos Canais da Ria. Finalmente conseguiu-se... e penso que será um bom propósito termos melhores canais, já que a cidade de Aveiro vive com a sua Ria. Continuo a dizer que é o seu ex-libris e será, mais uma vez, o momento dos canais serem mais valorizados em todos os seus aspectos.

Queria perguntar ao Senhor Vereador dos Mercados e Feiras, por não ver nada escrito, já que fui interpolado por alguns utilizadores do Mercado Manuel Firmino, que me disseram que tinham visto umas obras no mercado e que a nível da refrigeração estava melhor – nos últimos dias do Verão parece que sentiram melhorias – por isso queria perguntar se tinham sido feitas algumas obras, se os ventiladores tinham sido instalados ou não. Era esta a situação que eu queria que o Senhor Vereador me esclarecesse porque eu não vejo aqui nada na Comunicação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.

Também quero congratular a nossa Vereadora do Pelouro Social, porque parece que trabalhou bastante nestes últimos três meses. Na apresentação do Senhor Presidente da Câmara vejo bastantes acções feitas por ela. Daí os meus parabéns, porque parece que os nossos Vereadores estão a trabalhar condignamente.

E porque acho que é neste período que isto deve ser falado, e na sequência daquilo que o Bloco de Esquerda agora disse, eu tinha aqui um pequeno documento que gostava que ficasse em acta e que no final irei entregar à excelentíssima imprensa.

«Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Ex.mos Vereadores e caros colegas deputados. Distinto público presente.

Como é do conhecimento público, o Município de Aveiro conheceu recentemente uma nova mudança no âmbito dos Pelouros que haviam sido atribuídos aos Vereadores do Executivo Municipal, em trinta e um de Outubro de dois mil e nove.

Por comunicado oficial, publicado no site da CMA, o Senhor Presidente da Câmara veio informar alteração de Pelouros, invocando simplesmente que as novas atribuições decorriam do uso da “competência própria” que lhe confere a Lei.

Dos pelouros objecto dessa mudança resultam essencialmente dois: Finanças e Obras Particulares.

Em relação a este último, vem o grupo Parlamentar do CDS/PP fazer notar que se sente lesado por ter perdido um Pelouro de grande importância para o desenvolvimento da cidade.

Com efeito, os Pelouros em causa, são dois dos pilares essenciais para a gestão de uma Câmara Municipal — e ainda mais para a de Aveiro com a sua débil situação económico-financeira.

Por isso esta alteração de poderes, sem referência a qualquer espécie de fundamentação que a justifique, fragiliza o espírito de equipa desta Câmara e faz transparecer aos Aveirenses um sentimento de insegurança e instabilidade interna, quando na verdade possuímos uma maioria absoluta que conquistámos.

Cria ainda, uma desproporção de atribuições e responsabilidades no seio do Executivo que foi eleito pela coligação partidária “JUNTOS POR AVEIRO” que consideramos injustificada e manifestamente injusta.

Assim, à Bancada Parlamentar do CDS/PP cumpre, apenas, prestar solidariedade ao Vereador Miguel Fernandes pelo exemplo de dignidade e seriedade que empregou no desempenho das suas funções, no Pelouro das Obras Particulares»

Tenho dito. Muito Obrigado.”

Vogal Pires da Rosa (PS) [07](#)

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) [08](#)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [09](#)

“Boa noite, Senhor Presidente, excelentíssima Câmara, Caros deputados e colegas.

Antes de intervir sobre o tema principal que quero transmitir, queria só repor um pouco a verdade sobre uma questão regimental, ou sobre uma redacção de uma cláusula regimental, que tem a ver com aquela interpretação, naturalmente e muito própria do Senhor deputado Manuel Coimbra, relativamente ao Período Antes da Ordem do Dia. E para que não restem dúvidas a nenhum de nós – eu, de facto, não estou cá há vinte e tal anos como o Senhor deputado Manuel António Coimbra, mas de qualquer forma, é importante que se perceba o que diz o ponto – não quero ser muito maçador, são duas linhas: – o período antes da ordem do dia, segundo o que o regimento diz, destina-se ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município, através de intervenções sobre qualquer daqueles assuntos, na medida em que a sua abordagem não tenha cabimento no período da ordem do dia da sessão.

Isto quer dizer o quê? Que os pontos agendados na ordem de trabalhos, mais o conteúdo da Comunicação do Senhor Presidente, é aquilo que são os temas lançados. E aqueles temas que cada um dos partidos é livre de propor a esta Assembleia, cujo conteúdo desta cláusula diz, fazem parte do Período Antes da Ordem do Dia.

E nós fazemos sempre questão de abordar todas as questões no Período Antes da Ordem do Dia que o Senhor Presidente decide não colocar na sua intervenção, nem agendar para ponto próprio.

Portanto, para que não restem dúvidas, o Período Antes da Ordem do Dia permite-nos fazer aquela e muitas outras abordagens como nós temos feito e vamos naturalmente continuar a fazer.

Dizer que “regimentalmente nós estamos a cometer um erro”, para se refugiar nisso, para fugir ao debate (que foi o que aconteceu na última Assembleia) parece-nos obviamente descabido.

Sobre o tema, e vamos falar sobre SCUT... para reafirmar um pouco aquilo que foi a história deste processo que começou há longos meses atrás – obviamente que todos sabíamos e a Câmara tinha informação privilegiada sobre a possibilidade de virem a ser cobradas portagens naquilo que se designou por SCUT.

No dia quinze de Junho deste ano o Partido Socialista tomou uma posição pública, através da comunicação social, condenando o facto de poderem vir a ser cobrada uma portagem nos troços entre a ligação de Aveiro à auto-estrada, e, particularmente, a questão do pórtico que está perto do estádio. Dia quinze de Junho.

Até lá, e nos dois meses que antecederam essa data, o Secretário de Estado do Pelouro - o Secretário de Estado da tutela - convidou todos os senhores presidentes de câmara para poder, com eles, discutir esta temática e perceber, de facto, o que é que estava em causa.

A Câmara de Aveiro primou, mais uma vez, pela ausência neste processo. E por uma ausência assumida. Não houve, até ao dia quinze de Junho, nenhum contacto entre o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Secretário de Estado na perspectiva de poder defender os interesses. E aqui, estamos nós, hoje, a discutir uma situação e uma decisão que é um Decreto-Lei que, obviamente, nos prejudica e que nós, manifestamente, já condenámos.

O Senhor Presidente da Câmara, na altura, uma das coisas que disse é que tinha delegado na CIRA a defesa dos interesses de tudo aquilo que envolvia a região de Aveiro. E o que é facto é que a CIRA, três ou quatro dias depois, veio dizer que estava parcialmente satisfeita com aquilo que tinha conseguido. E o que é que a CIRA conseguiu? Pelo que sabemos, conseguiu resolver a isenção do pórtico na estrada Aveiro-Barra - que por coincidência fica no município de Ílhavo - mas não conseguiu resolver a situação do pórtico de Aveiro. E nós não ouvimos o Senhor Presidente da Câmara falar sobre essa tomada de posição da CIRA. Não ouvimos o Senhor Presidente da Câmara condenar essa tomada de posição da CIRA e dizer que não se sentia representado por essa delegação de competências que fez na CIRA.

Assim, o Partido Socialista amanhã, na reunião de Câmara, vai apresentar uma proposta para que o Senhor Presidente, rápida e urgentemente, envie todos os esforços para reunir com o Secretário de Estado da tutela para lhe apresentar os nossos argumentos, porque é disto que se trata – e com certeza que nós acreditamos na sua capacidade de persuasão – para alterar aquilo que, neste momento, está no Decreto-Lei e que o PS Aveiro – mais uma vez o digo – condena. Nós acreditamos que o Senhor Presidente da Câmara, com a sua capacidade de persuasão, vai conseguir alterar aquilo que está no Decreto-Lei. Se não o fizer e se não acontecer, obviamente que só há um responsável pelo facto do pórtico, aquele pórtico, existir e cobrar portagens, que é o Senhor Presidente da Câmara que mais uma vez não conseguiu defender os interesses de Aveiro. Muito Obrigado.”

Presidente da Mesa ¹⁰

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ¹¹

(Entrou na sala o Vogal António Manuel Santos Salavessa)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ¹²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰¹³

“Foram aqui proferidas duas afirmações que são mentirosas — quando se diz que o Presidente da Câmara de Aveiro não teve nenhuma reunião com o Senhor Secretário de Estado da área. Quero dizer que, naturalmente, o Senhor Presidente da Câmara teve uma reunião com o Senhor Secretário de Estado e, até, de forma muito simpática. Penso que terá sido o único caso em que houve uma reunião a sós. Penso que foi o Presidente da Câmara de Aveiro o único que teve essa distinção quando afirmámos a nossa posição.

A segunda. Foi aqui dito que o Presidente da Câmara disse que tinha delegado na CIRA a defesa dos interesses de Aveiro e, neste caso concreto, das SCUT. Não o disse, nem está

escrito em lado nenhum... então, tragam isso para a gente ver, está bem? Porque é mentira o que foi dito. Muito Obrigado, Senhor Presidente.”

Membros da Assembleia

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) [014](#)

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSSD) [015](#)

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) [016](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [017](#)

Vogal Nuno Marques Pereira (PS) [018](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [019](#)

“Boa noite a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores. Colegas deputados. Senhores Jornalistas. Aveirenses.

Um primeiro ponto para falar sobre a comunicação do Presidente, e não querendo ser repetitivo como alguns deputados anteriores, referente aos últimos três meses, não posso deixar de começar por referir a forma como a Câmara Municipal de Aveiro homenageou o Dr. Carlos Candal.

Passado o primeiro ano da sua ausência entre nós, refere o Sr. Presidente: «honrou-nos aprovar e cumprir a deliberação municipal que atribui ao Dr. Carlos Candal, a título póstumo, a Medalha de Ouro do Município de Aveiro». Não sendo a dita homenagem um mero exercício de rotina política ou a prescrição de um dever formal, a mesma honrou o executivo e honrou todos os aveirenses que nela se viram englobado.

Quanto ao merecimento de tão singela homenagem, singela por ficar sempre aquém do devido a quem, não me vou recriar em floreios sobre o currículo, o carácter, a personalidade ou os feitos de tão nobre cidadão. Direi apenas que, Aveiro e os aveirenses estarão sempre gratos pelos feitos e ditos em prol dos aveirenses e dos portugueses, por parte do, desculpem-me, enorme cidadão Carlos Candal.

Em segundo lugar, não só a título pessoal mas da bancada do PSD, gostava de reiterar a total confiança no Sr. Presidente e em todos os Vereadores. Repito, total confiança e solidariedade no Dr. Élio Maia, no Carlos Santos, no Pedro Ferreira, na Ana Vitória, na Maria da Luz Nolasco e no Miguel Fernandes. A total confiança e solidariedade pessoal e da bancada do PSD.

Um terceiro ponto. Na análise da comunicação nestes últimos três meses e pelo protocolo entre a Câmara Municipal de Aveiro e a ARH – Administração Hidrográfica do Centro, foi possível passar para as mãos do Executivo a gestão e fiscalização, e espero que agora o Executivo também possa exercer os seus exercícios de revitalização dos muros da Ria.

Acredito também que, agora a mesma ARH, sediada em Coimbra, reconstrua os muros do canal central, atrás deste edifício. Muro esse caído há mais de cinco anos e cuja reconstrução é, desde essa data, da responsabilidade do dito organismo do poder central.

Espero também que, agora na posse da gestão dos canais, o Executivo fiscalize a atribuição das licenças dos barcos que navegam nas suas águas, muitas vezes a velocidades exageradas, criando ondulações fortes que deterioram os muros e as fundações dos mesmos.

Depois há também o velho problema dos moliceiros e das suas proas cortadas. Sendo já os moliceiros de Aveiro conhecidos, em programas televisivos, como os moliceiros capados. Não pode ser! Os moliceiros são património aveirense, têm que ter as suas proas sempre hasteadas para o turista ver e fotografar, pois se não a imagem que leva na sua máquina não é a de um moliceiro, mas de um outro barco que não o nosso.

Os operadores turísticos têm que se adaptar às condições de navegabilidade, mesmo às pontes do Fórum. Pois como já reparámos aqueles passeios são um maná financeiro. E os

guias dos barcos, quanto a mim, devíamos ter alguma formação que devia ser creditada pelo Turismo do Centro ou pelo Departamento de Turismo da Câmara Municipal de Aveiro, para saberem aquilo que em termos turísticos devem ou não dizer para promoverem Aveiro, a Ria, e as suas gentes. Aveiro, a sua divulgação e a sua promoção, podem estar em jogo.

Sobre Educação. Pelo que li na imprensa fiquei um pouco perplexo com o encerramento da escola do primeiro ciclo de Eirol, visto este encerramento não ter sido acordado entre o Ministério da Educação e o Executivo. Nem fruto de um qualquer acordo entre ambos para que a sua efectivação não acarretasse problemas para os miúdos e para os pais. Gostaria de um esclarecimento por parte do Sr. Presidente.

Ainda sobre o encerramento desta escola de Eirol surgiu o problema do transporte dos miúdos para a escola de Eixo. Da responsabilidade de quem? Do Ministério da Educação ou da Câmara Municipal? Não sei... esclareça-nos, Sr. Presidente.

Então o Ministério decide fechar unilateralmente a Escola e depois a Câmara é que tem de assegurar os transportes? Estranha esta delegação de competências. Mas enfim... esclareça-nos, Sr. Presidente.

Também li que existia um diferendo de pagamentos entre o Ministério de Educação e a Câmara Municipal, tendo vindo um membro local do Partido Socialista e ex-Vereador deste Executivo, membro da DREC, sediada em Coimbra, dizer que o Ministério nada devia à Câmara. Nesta comunicação diz-se: «até à presente data o Ministério da Educação não transferiu todas as verbas relativas aos transportes efectuados pela Câmara Municipal, cujos beneficiários foram os alunos das escolas já encerradas, por determinação dos serviços ministeriais. O valor por regularizar é já superior a duzentos mil euros». Esclareça-me também, Sr. Presidente.

Em relação ao Parque da Sustentabilidade gostei da dinamização feita durante este período. Principalmente no Parque Infante D. Pedro. Recordo-me de uma que encheu o Parque num dia à noite, que foi a segunda edição do desfile de moda “Pé d’Água”. Mostrou a todos a qualidade dos nossos estilistas e trouxe alguns manequins nacionais, de renome internacional, a Aveiro. Também no Parque da Baixa de Santo António a dinamização foi efectuada com iniciativas para todos de carácter desportivo e recreativo.

Na acção social, cada vez é mais premente, devido a toda a crise que assola todo o País, não só em Aveiro, de realçar o apoio do Executivo à Associação de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental. Apoio esse no âmbito do investimento num edifício em Azurva. E também de realçar a primeira pedra da urbanização a custos controlados na Freguesia de Santa Joana.

Na área cultural, é de realçar o programa de animação nas freguesias que este ano decorreu na Freguesia de Oliveirinha e que foi muito participada.

De realçar também, por ser diferente, a exposição ainda patente de fotografia “À Flor da Água”. Esta mostra integra dezassete fotografias de grandes dimensões e que deram ao nosso Canal Central uma outra visibilidade e atractividade.

Já quanto ao Teatro Aveirense, penso que é possível e desejável fazer-se, se não mais, pelo menos melhor, para que os aveirenses possam desfrutar mais daquele espaço.

No Desporto, gostaria de destacar alguns eventos marcantes não só a nível local, mas que tiveram repercussão e relevância nacional.

Em Julho tivemos o Triatlo com uma prova que contou com a presença de setecentos atletas e que é já uma referência nacional.

Tivemos em Agosto uma partida da “Volta a Portugal” e o Estádio Municipal de Aveiro voltou a receber a edição deste ano da “Super-taça Cândido de Oliveira”, com a realização no nosso Estádio do jogo Porto-Benfica que esgotou a sua lotação.

Também gostaria de referir o esforço do Executivo e dos seus serviços para a belíssima apresentação que toda a envolvência do Estádio apresentava. Árvores limpas, relva

aparada, espaços cuidados. Enfim... a zona envolvente ao Estádio estava devidamente apresentável e não queria deixar de o referir aqui. Obrigado.”

Vogal João Barbosa (PS) ⁰²⁰

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) ⁰²¹

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²²

“Boa noite Sr. Presidente, Excelentíssima Câmara e Caros colegas de bancada.

Eu gostaria de colocar aqui algumas questões relativas aos aspectos financeiros que vêm na Comunicação do Sr. Presidente.

Não sei se é bom prenúncio ou não, mas a mudança de pelouro financeiro coincide com algo que me intriga e que vem na página onze da Comunicação!

Eu passo a citar: «relativamente à evolução do Passivo em Contabilidade, o montante total registado em dívida é de cento e cinquenta e dois milhões, e o restante número distribuído pelas seguintes rubricas patrimoniais, dois pontos». E a seguir não aparecem rubricas patrimoniais!?

Das duas uma, ou é lapso ou não é lapso. Mas, de facto, seria de todo conveniente que houvesse um mínimo de atenção àquilo que vem escrito na Comunicação Escrita do Sr. Presidente, que assume a responsabilidade pela mesma. Admito que se não a escreveu, ou se passou a responsabilidade para alguém, que a mesma seja revista antes de ser apresentada.

Continuando, neste ponto, eu gostaria também de acrescentar o seguinte. Parece-me que os documentos que acompanham a informação financeira são manifestamente escassos.

E digo isto porquê? Porque apenso à Comunicação do Sr. Presidente aparece uma lista de Balancetes — que do meu ponto de vista são isso mesmo... balancetes. E não trazem nenhuma referência aos mesmos, nomeadamente, naquelas empresas em que a Câmara Municipal participa.

Seria conveniente que não se limitassem a apresentar meramente os balancetes, porque os balancetes, per si, não falam e não dizem nada, e é preciso, obviamente, interpretá-los. Cabe-nos a nós, de facto, interpretá-los, mas seria de bom-tom que houvesse alguma informação adicional relativamente aos balancetes, até porque, olhando para alguns deles, confesso que a situação apresentada não é propriamente muito animadora.

Continuando ainda nesta linha, dentro destes balancetes seria, também, expectável que viesse alguma informação relativamente à Câmara Municipal, propriamente dita, a qual eu não encontrei.

Continuando ainda nesta linha, seria também conveniente que por exemplo aparecesse na Comunicação do Sr. Presidente uma informação que eu considero relevante e que é a taxa de execução orçamental à data de Agosto. E digo isto porquê? Porque a taxa de execução orçamental à data de Agosto, por exemplo, em termos de receitas, anda na ordem dos vinte e cinco milhões de euros!? O que face ao valor que foi apresentado em Dezembro do ano passado me parece manifestamente insuficiente nomeadamente, se atendermos a que as receitas correntes andam na ordem dos vinte e três milhões de euros.

Segundo informação que aqui foi dada pela Sra. Vereadora, à data, estas receitas correntes incorporam o valor que foi pago à Câmara Municipal pela cedência dos SMA's à AdRA. E, portanto, eu gostaria de saber, e a pergunta concreta é: qual é a taxa de execução financeira neste momento? Ou melhor: a esta data, em Agosto, ao nível nomeadamente das receitas? É só.”

Vogal Victor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [023](#)

“Boa noite Sr. Presidente, Excelentíssima Câmara. Queria manifestar o meu agrado pela Câmara Municipal ter conseguido, em parceria com o IHRU e com uma empresa privada, levar por diante a construção de quarenta e dois fogos de habitação, em regime CDH, a preços controlados, nas Azenhas, permitindo a novos casais e famílias de poucos rendimentos a possibilidade de possuírem uma habitação própria mais ajustada aos seus rendimentos — como aconteceu recentemente com as Freguesias de Aradas e recentemente com a Freguesia de Esgueira.

Gostaria ainda de felicitar a Câmara Municipal de Aveiro pela forma como se procedeu ao início do ano lectivo em Santa Joana. Foi graças à colaboração entre o seu Executivo e a Junta de Freguesia que, durante dois meses, tudo fez para que as escolas do Solposto, Areais, e Presa, tivessem todas as condições necessárias para receberem as nossas crianças e os docentes. Mais uma vez demos provas de que quando existe a colaboração mútua aquilo que muitas vezes parece difícil torna-se fácil e todos ficam a ganhar.

Queira dar uma palavra de apreço ao Sr. Vice-presidente Eng. Carlos Santos, Vereador das Freguesias, e ao Vereador da Educação, Dr. Pedro Ferreira.

No âmbito da Acção Social, gostaria de falar da forma como está a decorrer o programa “Aveiro Amigo”. No que diz respeito à Freguesia de Santa Joana considero que tem sido um programa positivo, pois tem conseguido dar resposta a muitas solicitações da nossa população sénior que devido às dificuldades de mobilidade e aos seus poucos recursos, não tinham condições para resolver os problemas que no dia-a-dia que vão surgindo nas suas modestas habitações. O apoio prestado pela Câmara Municipal tem sido uma mais-valia para esses munícipes.

Finalmente gostaria de falar sobre Segurança Pública. Do meu ponto de vista Aveiro começa a ser uma cidade que já transmite alguma insegurança. Para além dos assaltos às habitações e veículos, os “amigos do alheio” encontraram outra forma de rendimento: roubam tampas de saneamento, grelhas de águas pluviais e sinais de trânsito!? Esta situação começa a ser preocupante, pois as autarquias (Juntas de Freguesias e Câmaras) têm recursos financeiros bastante reduzidos. Em Santa Joana temos arruamentos de centenas de metros onde já não há tampas de saneamento. Ultimamente foram roubadas cerca de cinquenta.

Penso que a Câmara Municipal deve aproveitar as sucessivas reuniões que tem com a PSP para os alertar para estes problemas que acontecem com alguma gravidade, já que este tipo de furtos coloca os automobilistas e os peões em perigo.

Quanto ao tráfico de droga, existem zonas da minha Freguesia onde a população se sente insegura devido à circulação de determinados indivíduos, a específicas horas da noite, e em particulares arruamentos, onde chegam a disparar para as iluminarias tornando os arruamentos escuros para que deste modo possam actuar na maior descrição. Mais uma vez apelo para que a Câmara, junto da PSP, procure sensibilizar para estes problemas não só na Freguesia de Santa Joana, mas de todo o Concelho. Muito Obrigado.”

Vogal Paulo Jesus (PS) [024](#)

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) [025](#)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) [026](#)

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) [027](#)

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [028](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Duas ou três notas nesta Comunicação do Presidente.

A primeira nota será para lamentar a posição do Sr. Presidente da Câmara neste processo das portagens e, nomeadamente, aquele que concerne aos pórticos colocados entre a EN109 e a A17, e entre o Estádio e Ângeja.

De facto o Sr. Presidente da Câmara, mais uma vez, demonstrou que não tem capacidade de liderança, nem consegue agregar os interesses da sua região e representar os interesses de Aveiro devidamente.

Ao contrário do que, por exemplo, consegue quase sempre o seu colega de Ílhavo. Que conseguiu com alguma facilidade, que não fosse criada a portagem no troço entre a EN109 e a Barra — coisa que não foi conseguida pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro.

Aliás, como sempre se abstém inclusivamente de ir a essas reuniões, que eu compreendo que sejam reuniões chatas e aborrecidas e demoram muito tempo — e também ir daqui para “não sei para onde” é complicado.

Nós compreendemos, obviamente que há outras coisas muito mais interessantes e muito mais importantes para fazer, certamente... este ano também há “galinhas a saltar a cerca” e há alguns vizinhos que se preocupam com isso.

Mas de facto, estes dois pórticos e a cobrança de portagens nestes dois pórticos, é inadmissível.

É inadmissível e deveria merecer do poder executivo aveirense uma posição firme, até de alguma dureza, para que efectivamente isso não se viesse a verificar na prática — como infelizmente com o tempo tem vindo a acontecer. Nomeadamente esta, da cobrança de portagem entre a EN109 e a A17. Se verificarem bem aquele pórtico tem seiscentos e cinquenta e três metros de via. Ou seja, quem sai da N109 e paga a portagem ao entrar na A17, tem os sinais de limitação de velocidade a oitenta e a sessenta, e quando lhe é permitido andar a cento e vinte, passados seiscentos metros, aproximadamente, entra novamente numa limitação de velocidade que desemboca naquela tristeza que é aquela curva junto do Estádio. Na altura oportuna foi dito que até aí essa zona do IP5 tinha duas faixas, nessa altura passou a uma faixa, e pese embora todos os esforços que eu na altura tenha feito para que não passasse para uma faixa, não foi possível porque outros interesses se levantavam e roubava ali uns metros à zona do Estádio para fazer uma estrada decente. Foi muito mais simples fazer aquela estrada que lá está, onde já morreu gente, onde já houve vários acidentes e onde a “scenic” sempre vai arranjando alguns dinheiros para a polícia.

Mas de facto é perfeitamente inadmissível a posição passiva do Sr. Presidente da Câmara relativamente a estas duas portagens.

E eu mais uma vez exorto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, já que nós não temos um poder executivo com alguma força, para que ele consiga levar daqui muita força e consiga ele, já que o Presidente da Câmara não consegue, cuidar dos interesses dos aveirenses e impedir que seja cobrada a portagem nessa zona.

Uma segunda nota é sobre as escolas e sobre o andamento dos centros escolares de Verdemilho e de São Bernardo.

Mais uma vez a Câmara demonstrou a sua total incompetência – hoje não estou só aqui para dar o exemplo do município vizinho – e contrariamente, mais uma vez, o município vizinho de Ílhavo teve as suas quatro obras completas antes do início do ano escolar.

E ao que sei até trinta e um de Agosto deste ano, a Câmara de Aveiro não tem inclusivamente nenhuma despesa validada relativamente às obras que estão a ser feitas nestes dois centros escolares! É de facto com alguma apreensão que assisto a isso.

Mais do que apreensão é com algum medo. Com uma profunda apreensão porque vejo o caminhar da situação financeira da Câmara, nomeadamente ao nível da dívida que apresenta, cerca de cento e cinquenta e dois milhões de dívida total, dos quais trinta e seis milhões de curto prazo.

Este assunto é de tal forma grave (é muito grave) porque a Câmara há bem pouco tempo fez um empréstimo precisamente para passar as dívidas de curto prazo a zero — e neste momento tem trinta e seis milhões de dívida de curto prazo. E este empréstimo ainda está em período de carência.

É preciso verificar que os indicadores são muito maus, que na fraca Comunicação que o Presidente dá sobre esta matéria, as despesas facturadas este ano são, cinquenta e um milhões e despesas pagas este ano vinte e sete milhões!? Destes cinquenta e um milhões, trinta e sete e meio são correntes (das facturadas) e só foram pagas vinte milhões das despesas correntes facturadas.

Ou seja, a situação raia os limites daquilo que é possível gerir.

E eu queria aqui que o Sr. Presidente me garantisse (as pessoas andam muito preocupadas com os seus ordenados, com os seus vencimentos, com as suas situações), mas eu queria ao menos que o Sr. Presidente da Câmara me garantisse ... eu sei que nos anos seguintes não vai conseguir e, portanto, a Câmara de Aveiro vai estoirar, e não vai conseguir pagar sequer aos seus funcionários.

Porque como é óbvio, o período de graça, o período de carência do empréstimo vai acabar. E se a situação é a que é, num período em que ainda há carência, portanto só se pagam juros do empréstimo e não se fazem amortizações, imaginem o que irá acontecer quando se tiver que pagar amortizações!?

Mas eu aqui queria, pelo menos para aqueles funcionários que andam mais aflitos, que percebem mais disto, aqueles que são mais conscientes desta situação, ficassem tranquilos. Que o Sr. Presidente aqui, garantisse que, pelo menos até ao fim deste ano, vai haver dinheiro para pagar aos funcionários a tempo e horas.

Muito Obrigado, Sr. Presidente.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) [029](#)

Vogal Raúl Martins (PS) [030](#)

Vogal Ana Seíça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [031](#)

“Boa noite, Sr. Presidente desta Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e caros deputados.

Eu vou fazer uma intervenção muito breve porque as minhas condições não são as melhores e ainda posso precisar dos serviços do Sr. Presidente da Assembleia... mas espero bem que não.

Provavelmente corro o risco de me repetir porque algumas das notas que eu tinha tirado para poder fazer algumas perguntas ao Executivo já foram faladas por alguns dos deputados.

Eu começo por dizer que acho muito esquisita, e muito estranha, a apresentação no que diz respeito ao contencioso nesta Comunicação Escrita do Sr. Presidente.

Antevendo aquilo que me poderá responder, visto que os processos não referenciados não conheceram qualquer movimentação processual — eu permito-me discordar completamente porque entre esta data, o fim do outro período em que se referia a Comunicação Escrita e o início desta, apesar de ter havido o mês de Agosto onde não terá havido movimentação processual, penso que isto está de tal maneira reduzido que se torna bastante incompleto e não dá uma visão do que se passa de facto no contencioso do município.

Creio que o sistema anterior, para quem queira apreciar o movimento processual, seria mais fácil. E também vejo com alguma estranheza que os números de processos que aparecem aqui, à semelhança do que já acontecia anteriormente, são de funcionários da Câmara a impugnarem as decisões desta Câmara!? Não acredito que no contencioso as pessoas ou quem está a verificar os concursos, estejam todos de olhos fechados; ao

contrário do que diz o Sr. Deputado que falou das gatas assanhadas (não conhecia tal provérbio) não creio que eles estejam com os olhos completamente cegos.

Não percebo porque é que há tanta reclamação no que diz respeito. É uma questão que ponho... isto é demasiado específico, provavelmente não poderá Vossa Excelência explicar.

Creio que a melhor forma será a anterior e que seria sempre bom que nos dissessem quais eram os processos que estão à espera seja de movimentação ou da não movimentação, que exista ou não exista, porque era importante para nós verificarmos como é que andam as coisas pelo contencioso.

Li com atenção no que diz respeito à área social, o projecto-piloto dos mediadores municipais. Pergunto: isto é só para ciganos? Só diz respeito à acção intercultural entre ciganos? Não deveria ser mais abrangente?

E agora pergunto: quais são os critérios para escolherem os mediadores municipais? Não conheço que tenha havido nenhum concurso. Pode haver falha minha ou eu não estar atenta, mas gostaria de saber quais os critérios e saber quantos são os mediadores municipais que têm aqui a trabalhar?

Ao contrário do que aqui foi dito a FARAV não me entusiasmou. Gosto muito do Rossio, mas creio que o Rossio ainda não tem as condições para que a FARAV se possa fazer de facto como se fazia anteriormente dentro dos pavilhões.

Começa pelo piso. Não sei se aquelas árvores também não vão ser arrancadas, espero bem que não, só ouvi falar das da Avenida – porque as árvores com aquelas raízes levantam o pavimento que se torna um perigo para as pessoas; sejam novas, sejam velhas. E creio que aquelas tendas não estarão nas melhores condições. Pelo menos foi isso que eu senti. Há muita gente por ali a passar, mas quantas pessoas de facto foram ver a FARAV? Não sabemos, nem se calhar os senhores podem saber.

Outro assunto que me preocupou durante o Verão. Isto é muito próprio dos portugueses, quando se vê que há uma oportunidade de fazer algum dinheiro toda a gente faz a mesma coisa – foi o aumento exponencial dos barcos que fazem os passeios na Ria!

Mas é muito triste ler-se no jornal que há barcos que têm licenças e outros que não têm licença!? As pessoas andam quase à pancada para conseguirem que os seus barcos tenham um número de pessoas para poderem passear. Parece-me que a Câmara e a secção do turismo tinha uma palavra muito importante a dizer, porque de facto há uma adesão tão grande àqueles passeios – e realmente é simpático e bonito ver aquilo. Já sei que muitas das pessoas que conduzem aqueles barcos e que servem de guia não estão melhor preparados, ao contrário do que já foi dito nesta Assembleia – mas penso que a imagem da cidade só beneficiaria se de facto houvesse alguma organização na maneira como as pessoas acedem aos mesmos.

E embora não faça parte da Comunicação Escrita do Sr. Presidente, eu vou fazer aqui um apelo — e espero que ninguém me considere femininista, nem coisa por perto.

É que de facto há aqui várias senhoras deputadas que me parece ter chegado a altura de todas falarem. Nós não devemos fazer parte disto porque fazemos parte das quotas. E as mulheres têm de se impor também por aquilo que têm a dizer.

Faço um apelo às minhas colegas deputadas, nomeadamente tenho aqui uma colega minha, e que já conheço há muito tempo, mas mesmo as outras senhoras que eu não conheço é altura de todas participarem nesta Assembleia.

Até esta hora já viram quantas mulheres é que falaram? Só foram homens!

Nós não estamos aqui para servir de decoração. Eu faço um apelo para que esta situação se modifique. Nós não estamos aqui a fazer favores a ninguém. Temos exactamente o mesmo direito que os outros de falar. Por isso é que votaram em nós. Não foi só para enfeitar as listas. Tenho dito.”

Presidente da Mesa [032](#)

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [033](#)

“Sr. Presidente, eu agradeço a compreensão da Mesa pelo facto de poder intervir apesar de ter chegado ligeiramente atrasado, por razões profissionais, muito obrigado. A Mesa poderia decidir o contrário, tinha suporte regimental para isso, portanto agradeço a compreensão da Mesa.

Começava pelas SCUT. Eu sei o que é que vou fazer! Eu sei que depois de amanhã, dia oito, estarei no protesto convocado pelas comissões de utentes para a rotunda da “Policlínica” às dezassete e trinta, para dessa forma expressar publicamente uma posição que espero que seja partilhada por muitos aveirenses — isto independentemente daquilo que a nível institucional puder ser feito pelo meu grupo parlamentar (pelo grupo parlamentar do PCP) que como sabem apresentou novamente um Projecto-Lei para revogação do Decreto-Lei que permite a cobrança de portagens.

E vamos aguardar qual será a posição do PSD. Porque a posição do PSD será determinante relativamente a esta questão. Porque a posição da bancada do Governo já é por demais conhecida.

Relativamente à Comunicação do Sr. Presidente, eu começava por algo que já aqui foi dito pelo meu vizinho mais próximo de bancada, relativamente à questão da correspondência na Comunicação às exigências legais.

Como bem sabem e estarão recordados (e a Mesa estará certamente) eu coloquei um pedido de que a informação passasse a corresponder à lei. Isto é: por um lado que tratasse devidamente as questões das entidades em que a Câmara Municipal está presente, e, por outro lado que tratasse de forma mais aprofundada a situação financeira. E que cumprisse o artigo décimo sexto do regimento que corresponde à lei em vigor, que estabelece que deve constar entre os elementos que a Câmara fornece, a situação das dívidas a Fornecedores — E mais uma vez ela não aparece!

Manifestou estranheza o meu colega membro da Assembleia Municipal relativamente aos dois pontos que não têm seguimento. Os dois pontos são relativamente à evolução do Passivo em contabilidade e o montante total registado da dívida que é de cento e cinquenta e dois milhões, etc., etc., distribuídos pelas seguintes rubricas orçamentais... Nada! Dois pontos... Nada! Rubricas... não há!

O Sr. Presidente deve ter pensado “o elemento do PCP tem colocado aquela questão, deixa-me lá começar a responder” e começou a responder: «distribuídos pelas seguintes rubricas patrimoniais». O resto... a primeira linha talvez venha na próxima comunicação e a segunda linha daqui a seis meses — e assim não se vai cumprindo aquilo que a lei exige; e de que o Sr. Presidente é responsável (o Sr. Presidente da Assembleia) porque o Sr. Presidente é responsável para que os elementos que nos são apresentados estejam conforme a legislação. Há bocado elogiei-o...

Quanto à situação financeira... Bravo! Nós podemos sempre fazer a leitura do copo meio cheio ou do copo meio vazio. Eu prefiro vermos, de facto, qual é a realidade.

E a realidade é que entre esta Comunicação e a Comunicação anterior... Ena! Diminuiu a dívida de curto prazo.

Ena! Diminuiu a dívida global!

Bravo. Diminuiu vamos perceber porquê? E se tentarmos perceber porquê, percebemos que houve uma entrada extraordinária de receitas (que como neste período já aqui foi dito), deverá ter sido a entrada dos Serviços Municipalizados... parte que a AdRA pagou à Câmara Municipal de Aveiro. Está explicado.

Mas indo um bocadinho mais fundo. É verdade que a dívida diminuiu um milhão de euros desde a última Comunicação — mas aumentou dez milhões desde Dezembro do ano passado!? Aumentou dez milhões desde Dezembro do ano passado!

Por isso, se alguém quer ficar confortável e contente porque devido a uma situação extraordinária, uma entrada de fundos extraordinária e que não se vai repetir, a dívida diminuiu um milhão de euros, toquem de uma vez por todas as campainhas de alarme, porque a realidade é que a dívida aumentou dez milhões desde Dezembro do ano passado — e provavelmente na próxima Comunicação vai seguramente aumentar. Porquê? Porque não há nada estrutural que seja feito põe este Executivo no sentido de combater esta situação.

Esta é que é a realidade e não vemos meio de ser alterada. Não vemos meio de ser alterada!

Já aqui foi dito que quando vierem as amortizações do empréstimo então o que é que vai ser...

Relativamente à questão do Regulamento que aí vem sobre a Ria. Sobre o facto dos canais urbanos da Ria terem passado para a gestão municipal. Eu acho que é tempo da Câmara ser coerente com a sua própria Comunicação.

Diz na Comunicação do Presidente, na página 8, que «realizou-se o primeiro fórum “Participar, Eu quero!”» e tece-se loas a este fórum destinado a jovens do quinto ao décimo segundo ano.

Mas já sabemos que em relação à discussão do Plano de Urbanização da POLIS, “Participar, Eu quero!” já não é assim tão verdade.

Então eu acrescento: sobre o Regulamento a aplicar aos canais urbanos da Ria “Participar, Eu quero!”.

E seguramente que muitos dos aveirenses querem participar. Portanto, no sentido de fazerem um regulamento que corresponda por um lado a necessidades objectivas, por outro lado ao sentir da população. Porque a população indigna-se com as proas cortadas; indigna-se com confusões que aí estão. Portanto para corresponder aos interesses e aos sentimentos da população, é bom que haja um processo participado. Participado com as Juntas de Freguesia; participado com as entidades que têm interesse na exploração comercial da Ria; participado com a população em geral da nossa cidade e do nosso Concelho. Criem, por favor, mecanismos de participação porque se eles não forem criados teremos sempre problemas como aqueles que aí estão.

Disse um deputado da bancada da maioria que expressou a sua indignação, o seu protesto, por causa das proas. É verdade! Eu estou indignado com a questão das proas e até acho que à volta de um problema objectivo também se tem facilitado muito. Mas quando eu falo com o operador e o operador me diz «nós não conseguimos passar quando a maré está alta, bastava à Câmara regular a altura, o nível, a cota da maré para nós podermos passar» eu pergunto-me: isto é viável ou não é viável? Não sei... mas é preciso construir a participação. Também sei que se cortarem uma proa podiam criar um mecanismo “chaveta, dobradiça, vai a baixo, vai a cima, enquanto se toca a corneta se pode baixar e levantar a proa” — o Regulamento tem de ser claro relativamente a isso. Ainda relativamente às imagens dos moliceiros, vale que o moliceiro só tenha o logótipo da empresa? Não vamos exigir que tenha algo mais que o logótipo da empresa? Esta é outra questão, e outras podiam ser aventadas. A velocidade... a questão da velocidade (as marolas que estão a corroer os muros) quando há muita gente, é preciso ir rapidinho para ver se vamos mais vezes. É preciso regulamentar tudo isto. E regulamentar sem problemas é regulamentar de forma participada.

É evidente que depois chega o momento de decisão. A Câmara assume, a Assembleia Municipal assumirá as decisões que toma, mas vamos ver se evitamos conflitos e se rapidamente se avança no sentido da concretização desse Regulamento. O essencial foi dito.”

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁴

“Antes de mais, boa noite. Em relação ao comunicado do Presidente tenha a registar que estes comunicados parecem que padecem de um optimismo que eu não diria contagiante, porque não é contagiante, mas de um optimismo exacerbado.

Aliás, parece que padecem do mesmo “altismo” político que sofre o Eng. José Sócrates. Isto porque logo no início podemos ver as considerações sobre o poder de compra que existe no Concelho de Aveiro – estaremos na décima posição do ranking do poder de compra a nível nacional! Mas aquilo que não diz é que o poder de compra em Portugal vai cair com este cenário de aumento de impostos, quebra de salários, desemprego — não há outro cenário possível se não a quebra do poder de compra.

Este cenário de optimismo perante um cenário de crise não me contagia minimamente. Aliás preocupa-me porque é um sinal de “altismo” político e é um sinal de que independentemente da realidade o Presidente vai sempre retratar realidades diferentes da mesma forma.

E nesse sentido, eu pergunto se não seria sensato mostrar alguma preocupação por aquilo que vai acontecer aos aveirenses e aos portugueses em geral, com estas políticas.

E outra coisa que eu também gostava de saber é se nos podemos regozijar com o poder de compra quando ele reflecte nada mais do que uma média do poder de compra. Ou seja, aqui não está reflectida a desigualdade existente no Concelho. Eu desafiava a fazer estatísticas de Freguesia a Freguesia, comparar Nossa Senhora de Fátima com Vera Cruz, etc., se calhar chegavam a conclusões interessantes.

Aliás, a nível do Distrito já é possível chegar a conclusões interessantes, e aqui no Concelho de Aveiro com certeza o mesmo aconteceria.

Gostava também de falar da remodelação na vereação. Já percebemos que há algumas coincidências nestes movimentos, se bem que, como se diz, coincidências não as há.

O Vereador Miguel Fernandes, que decidiu deliberar a demolição dos andares ilegais do prédio da Avenida, repondo uma situação que era ilegal, repondo a sua legalidade, sabemos que o Presidente da Câmara não era exactamente da mesma opinião. Resultado, o Vereador perdeu o pelouro referente a estas competências.

Também por estes acontecimentos, achei curioso aquilo que sucede no ponto dois. No ponto dois, vamos deliberar sobre a execução financeira de alguns aspectos que o Tribunal de Contas devolveu. É possível ver através de algumas comunicações, que o parecer da Vereadora Ana Vitória era divergente do Departamento Económico-Financeiro, nomeadamente aquele que era veiculado pelo responsável pelo Departamento se não estou em erro Carlos Vidal Dias.

Ao contrário do parecer que é veiculado pela Vereadora, de que deve ser respeitada a decisão do Tribunal de Contas e que deve ser vinculada essa decisão, o chefe de departamento é de opinião contrária, e, portanto, quando há dissonância de opiniões o Vereador perde o pelouro.

Portanto também ficava aqui a questão se esta troca de pelouros, no caso da Vereadora das Finanças, também está relacionado com estas divergências de opinião.

Também gostava de falar em relação ao PDA. Aquilo que nos é dito em relação ao PDA não é, em si, relevante. Aquilo que é interessante saber em relação ao PDA é porque é que a Câmara já há anos, em dois mil e seis (se não estou em erro) abdicou da sua posição maioritária de accionista na PDA e que mais-valias é que teve nisso. Ou seja, porque é que a Câmara Municipal abdicou de ser accionista maioritário? Que razões, que lógica é que está por detrás disso? Tanto é que na Comunicação do Presidente é-nos comunicado o que se passa no PDA, mas, obviamente, a Câmara Municipal pela sua posição não delibera ou não é ela que decide o que acontece no PDA. Neste momento é o grupo económico Visabeira que tem a participação maioritária. E nesse sentido, qual é o

objectivo da Câmara manter-se como parceira minoritária nesta empresa municipal? Peço desculpa, já não é uma empresa municipal é uma empresa de capitais mistos. Outra questão relevante era saber porque é que o PDA foi desanexado da EMA quando sabemos que provavelmente a PDA é um investimento que pode gerar receitas, apelativas com certeza e a EMA não? Ou seja, parece-nos que de onde pode vir alguma rentabilidade a Câmara Municipal abdica e fica apenas com os prejuízos. Como ponto final, gostava de salientar que, solicitava que o Executivo respondesse ao nosso requerimento pela documentação associada ao caso do prédio da Avenida, já que, por experiências anteriores, fazendo uma pergunta directa ao Executivo em relação aos incêndios nos estaleiros de São Jacinto, feitos em Fevereiro deste ano, ainda não obtivemos resposta nenhuma. Portanto, se houvesse uma mudança de atitude era do nosso agrado — em nome da transparência.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁵

“Sr. Presidente, primeira pergunta que resulta dos números da EMA, pelo menos dos quais eu pude ter acesso... se foram pagos ou não os salários aos funcionários da EMA? Segunda questão sobre o Regulamento da Ria que há-de vir aí!

Eu gostava de dizer (também para dar uns “palpites”), nós vamos ter oportunidade seguramente para isso, a não ser que o PSD e o CDS, como têm feito durante este mandato nos vedem a possibilidade de uma Comissão que possa harmonizar — ó Prof. Manuel Coimbra tem de levar com esta; é assim: para dizer o seguinte, atenção porque na ponte de São João os moliceiros não passam com todas as marés; atenção que nas pontes do Fórum, que foram construídas creio eu pela empresa que construiu o Fórum (na altura perguntei ao Presidente à época e o que me foi dito e que estava previsto, não sei se contratado ou não, mas espero que esteja, que tivessem a cota igual à da Ponte de Praça). As pontes propriamente ditas. Se assim for o problema está resolvido. Porque não interessa para nada que aquelas pontes sejam mais altas a não ser que se façam obras na Ponte de Praça.

Atenção que o nível das águas não pode ter sempre o nível quatro, como os operadores turísticos assim pretendem, porque isso prejudica a circulação no canal — e, portanto, não pode estar sempre ao mesmo nível.

Eu creio que é uma luta antiga entre a Câmara Municipal e os operadores. Não sei quem é que tem razão neste argumento, mas já ouvi as duas partes e as grandes discussões que são feitas entre quem mexe nas eclusas e quem é operador na área.

E atenção também que com o “regulamentozinho” vai ser fácil que, quem circule estilo Veneza, possa ter ou seja obrigado a usar um traje típico de Aveiro. Fará algum sentido como penso que tem um dos operadores. Poder-se-á, ainda, nas pinturas dos moliceiros que sejam respeitados uma série de critérios.

E poder-se-á fazer muita outra coisa... inclusive, obrigar a que os moliceiros façam (o que eu acho que deve ser feito) três paragens obrigatórias. E que o próprio moliceiro, com um preço harmonizado, possa servir de meio de circulação turística dentro da cidade. Ou seja, o cidadão entra nas Pontes (onde é normalmente o local), pode sair na Câmara Municipal de Aveiro, e sabe porque tem o “bilhetezinho”, que depois pode voltar a entrar no moliceiro que passar a seguir e ir até ao Canal de São Roque.

Isto vai permitir duas coisas. Primeiro dinamizar mais aquela área junto à Câmara Municipal que depois terá o seu crescimento normal com a construção final daquele Plano urbanístico, e poder-nos-á redimensionar o que eu penso que poderá ser uma zona importante do ponto de vista do interesse turístico para Aveiro, que é a zona do canal de São Roque. Inclusive, até num futuro (não vejo porque não) pedonalizar parte dessa rua,

evidentemente com circulação para os moradores pelo menos até ao “Estrondo Bar” ou pelo menos até à Ponte de Carcavelos ou um pouco acima da Ponte de Carcavelos.

Isto sim é que é utilizar o regulamento para isto. Portanto, para que não digam que o PS não tem a perspectiva construtiva da coisa e não está para ajudar... Está para ajudar e para estar atento e para fiscalizar quando é necessário. Para sugerir e para construir quando é necessário; e para fiscalizar quando as coisas não correm bem.

E quando as coisas não correm bem... O PS disse na altura dos cinquenta e oito milhões de euros, que o empréstimo ou o Plano de Saneamento Financeiro (como lhe gostavam de chamar) não era mais que empurrar a dívida com “a barriga” para a frente.

Está aí à vista! A Câmara de Aveiro aumentou a dívida em mais de dez milhões de euros desde Dezembro do ano passado! E tem um passivo de curto prazo de trinta e seis milhões de euros, quando pediu cinquenta e oito milhões para liquidar exactamente o curto prazo!? São estes os resultados.

O PS esteve para fiscalizar quando disse que a parceria público-privada entre as escolas e os parques de estacionamento não era propriamente a coisa mais ajustada. E protestou de todas as maneiras que pôde, à época, e chamou a atenção, e está visto com o atraso na construção das escolas.

Sr. Presidente. Eu na última sessão e porque gosto de ser elegante consigo, aliás, devo-o ser, mas gosto particularmente de o ser, tive o cuidado de lhe colocar a pergunta de maneira suave para que o Presidente da Câmara pudesse responder da maneira que entendesse — até porque eu achava que existiria seguramente uma justificação plausível. Mas não posso admitir que não se tenha pronunciado sobre a pergunta que fiz e explico-lhe porquê. Eu perguntei-lhe como é que tinha sido a história do concurso dos nove dias, com os projectos e as memórias descritivas todas em nove dias, com grupos de cinco escolas para construir e outro de seis escolas para requalificar em nove dias!?

Isto merece uma explicação porque eu não quero acreditar Sr. Presidente, que a Câmara seja tão incompetente ao ponto de achar que um concurso desta natureza tenha nove dias. Eu não quero achar que a Câmara seja tão incompetente ao ponto de não ouvir os técnicos de planeamento que, seguramente, terão alertado para essa matéria. Ou os técnicos jurídicos da Câmara que terão alertado para essa matéria. Não quero acreditar nisso.

E, portanto, alguém tem de ser responsável pela “propositura” e pela apresentação em reunião de Câmara desse concurso, e eu quero saber quem é? Porque em última instância é o Sr. Presidente da Câmara, porque é o responsável político pela autarquia. E alguém tem que ser responsável por isto!

Porque isto não é propriamente uma brincadeira. Mas se apareceu, e se o concurso foi retirado, temos logo um imbróglio jurídico que pode custar uns dinheiros à Câmara. Espero que não tenha aparecido.

Depois tivemos o problema com a Ordem dos Arquitectos que veio protestar veementemente... e quem sai mal disto tudo não é só o Presidente Élio Maia, não é só o Executivo do PSD e do CDS.PP, não é só este actual Executivo da Câmara, é a própria Câmara de Aveiro, somos todos nós. São os funcionários também... do planeamento e dos serviços jurídicos da Câmara.

Portanto isto é uma coisa que ou é bem explicada ou fica uma sensação de suspeita no ar que não é só eu não querer acreditar, é ter a certeza que não existe. Porque confio em si como é evidente.

Mas fica a suspeita. E V. Exa. teve a oportunidade de explicar na outra sessão, e eu tive o cuidado de lhe sublinhar que isto não vinha na Comunicação Escrita e não respondeu. E tem que responder Sr. Presidente! Tem que responder porque isso foi notícia nos jornais e é preciso que o senhor responda. É preciso que esteja presente.”

Vogal Manuel António Coimbra - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁶

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Há aqui alguns assuntos que são recorrentes, que já foram explicados, mas este ponto é o ponto onde nós podemos voltar a frisar, voltar a repetir sempre as mesmas histórias.

A questão da dívida. Já aqui foi explicado várias vezes. Não vou tão atrás para dizer que a culpa é de quem nós sabemos, porque na realidade é, mas o problema não é esse. O problema é que há uma série de dívidas que esta Câmara por mais boa vontade que tenha para pagar não pode pagar. E nós já falámos várias vezes sobre isso. Já demos aqui vários exemplos sobre isso. Dívidas que foram feitas por esta Câmara (pela Câmara anterior) e que o Tribunal de Contas não deixou que fosse assumida essa dívida. Que foram processos que foram para Tribunal, que o Tribunal condenou agora a Câmara, e finalmente a Câmara pode pagar e pode fazer constar nos seus documentos, reflectir nos documentos essas dívidas.

Já aqui foi dito, já aqui foi falado, nas dívidas dos arruamentos do Estádio, nas dívidas da reconstrução dos Paços do Concelho, já aqui foi falado na dívida da Refer... estamos sempre a falar nas mesmas situações. E infelizmente, aquilo que temos visto é que é um poço sem fundo, e que nunca mais acabam este género de dívidas. E o Município de Aveiro continua a ser penalizado por erros do passado, que já lá vão alguns anos, mas o facto é que nós continuamos ainda a pagar essa pesada factura.

Posto este esclarecimento, gostaria de reflectir sobre algo que me parece de muito positivo e que se passou na actuação deste Município de Aveiro.

Primeiro a solução e a ponderação que houve na solução para o “famoso” prédio da Avenida. E podemos fazer um paralelismo entre o “lado de cá” e o “lado de lá” da Avenida se assim quiserem, assumindo que nós estamos do lado de cá.

É que do “lado de cá” foi feito aquele “mamarracho” que nós todos conhecemos como vindo substituir o prédio classificado ou pelo menos uma fachada classificada, conhecida na altura como a casa “Severino Duarte”. E foi aquilo que nós sabemos... onde o crime compensou, porque o crime simplesmente se reflectiu numa multa; e que foi paga com toda a boa vontade, resolvendo-se o problema desta maneira.

O prédio do “lado de lá”. Houve o cuidado de na altura certa embargar a obra; houve o cuidado de pedir pareceres às entidades competentes. E só quando as entidades competentes dizem de sua justiça, neste caso estamos a falar do IGESPAR, é que esta Câmara pode agora dar as licenças, para que se faça como aqueles que sabem da gestão e do património em Portugal e que preconizam como deve ser feito.

É assim que a Câmara tem de fazer ao gerir bem aquilo que são os bens de todos nós.

Isto parece-me que é um bom exemplo daquilo que agora se fez ou que se está a fazer e que se vai fazer bem, e daquilo que se fez no passado e que do nosso ponto de vista se fez mal e é uma herança que nós vamos continuar a ter para o futuro.

Um outro aspecto que gostaria de realçar, tem a ver com o aproveitamento dos recursos, tem a ver com aquilo que é reflectido no relatório dos Serviços Municipalizados de Aveiro. Parece-me que o facto da Câmara ter assumido estes trabalhadores que ficaram nos Serviços Municipalizados de Aveiro e atribuir-lhes uma série de tarefas que são importantíssimas para o Município, parece-me que também é uma gestão, e uma boa gestão dos recursos humanos e materiais que o Município de Aveiro está a fazer. E, por isso, são dois exemplos, de muitos outros que nós poderíamos falar, de obra directamente da Câmara.

Há uma outra obra que não tem a ver propriamente com a Câmara, mas que também me apraz registar que é a saída que considero muito feliz da localização do novo Mercado Abastecedor e que foi inaugurado à relativamente pouco tempo. De iniciativa privada, dizem... e com toda a razão.

É um facto que foram os privados, facilitados pela Câmara que incentivou a que esta obra se fizesse e que houvesse uma exploração comercial daquilo que são as instalações do Mercado Abastecedor. Que segundo parece, pelos comentários que se têm ouvido, estão agora muito bem localizados, muito bem servidos. E é por isso um serviço que se está a prestar a Aveiro e à região.

Gostaria de passar a uma fase, depois de dar estes exemplos da boa actuação do município, de reflexão. E que tem a ver com algumas situações que me preocupam e que têm preocupado também esta Assembleia.

Uma delas tem a ver com uma decisão da Comissão que foi criada nesta Assembleia – a Comissão do Acompanhamento para a instalação da Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico. Na altura, na Assembleia de Julho, foi, aqui trazido um documento de reflexão em que se preconizava que a Câmara pudesse entender-se com as diferentes entidades (neste caso era a Junta de Freguesia de N. Sra. de Fátima e também com a ERSUC dona da obra da Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico) para que fosse construída uma estrada de acesso directo sem causar perturbação à população que é atravessada, para que quando esta unidade estivesse a funcionar plenamente não houvesse problemas e, por isso, houvesse uma estrada dedicada. E também todo um conjunto de obras que devem ser feitas para minimizar esse impacto e que tem a ver com o eixo-estruturante Aveiro/Águeda, que tem a ver com o nó de acessibilidade directa da auto-estrada e por isso com a criação de um nó na auto-estrada A1 para esta mesma Unidade de tratamento. Por isso gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara qual era o ponto de situação relativamente a este assunto?

Gostaria também, nesta linha, e naquilo que foram as informações que o Sr. Presidente da Câmara prestou na última Assembleia, de saber quais são os desenvolvimentos que têm vindo a ser feitos no que diz respeito ao investimento das baterias eléctricas por parte da Renault-Nissan na zona de Cacia?

E se, apesar da crise económica que tem assolado este país há bastante tempo, estes investimentos continuam a ser vistos como sendo possíveis de realizar nesta nossa região de Aveiro e, nomeadamente, na zona de Cacia.

Por último, gostaria também de fazer uma reflexão à cerca daquilo que tem sido uma notícia surgida à relativamente pouco tempo nos jornais, e que foi a intenção da CP de aumentar a frequência de comboios entre Aveiro e Águeda?

Eu vi essa notícia com muito agrado mesmo. Porque acho que nós devemos potenciar toda esta linha Aveiro-Águeda. Principalmente no que diz respeito ao nosso Município de Aveiro. Não só a ligação Aveiro-Águeda, que é muito importante, mas também a ligação dos diferentes núcleos populacionais que circundam e que estão adjacentes a esta Linha do Vouga. Parece-me que seria muito importante aumentar o número de paragens que o comboio faz em todo o seu percurso.

Aveiro teria muito a ganhar se este comboio que agora é muito mais frequente nas suas passagens pelas nossa diferentes zonas populacionais, que pudesse parar por exemplo na zona das escolas de Esgueira; que pudesse parar por exemplo na zona do Caião; que pudesse parar por exemplo junto ao edifício da Associação Industrial do Distrito de Aveiro; que pudesse parar por exemplo junto ao estádio – e nós pudéssemos fazer o arruamento que está previsto há muito tempo e que pudesse ligar uma estação da Linha do Vouga até ao Estádio, numa ligação directa que eu penso que poderia ser muito útil quando o Estádio tem a afluência de espectadores que teve neste últimos tempos e que espero que continue a ter, porque é sinal que o Beira Mar continua na primeira divisão e as pessoas continuariam a aproximar-se do Beira Mar.

Por exemplo, que tivesse mais paragens em Azurva, em Eixo, em Horta, em Eirol, em Requeixo. Penso que era muito importante aproveitar esta abertura da CP para nós podermos mostrar que a mobilidade também passa pela nossa linha de caminho-de-ferro,

e que esta linha de caminho-de-ferro podia ser muito bem aproveitada para nós podermos, numa sociedade que está a caminhar no sentido de abolir os combustíveis fósseis, criar transportes colectivos que pudessem aproximar as pessoas mais ao centro da cidade. Muito Obrigado.”

Da Câmara Municipal

Vereador Miguel Fernandes [037](#)

Vereadora Maria da Luz [038](#)

(Entretanto saiu da sala o Vogal Rafael Alexandre Lopes Nevado)

Vereadora Ana Neves [039](#)

Vereador Pedro Ferreira [040](#)

Presidente da Câmara [041](#)

“Sr. Presidente, Senhores deputados. O Senhor Secretário de Estado é, naturalmente, uma pessoa importante, mas não tanto que eu decore os dias e as horas em que me encontro com o Senhor Secretário de Estado.

A reunião que tive em Lisboa com o Senhor Secretário de Estado, realizou-se no dia acordado entre os gabinetes do Senhor Secretário de Estado e o meu.

Quando levantam a questão, venho-me agora a recordar depois dessa conversa que, a determinada altura, sou contactado por um colega que me diz assim: «então o Senhor Secretário de Estado diz que o senhor faltou hoje a uma reunião em Lisboa!?!». Contactei o meu gabinete e perguntei o que estava marcado para hoje. Não havia nada marcado em Lisboa. A reunião estava marcada para o dia “não sei quantos”. E no dia em que estava acordado, no dia em que estava apazado, tive todo o gosto em estar com o Senhor Secretário de Estado.

Depois nascem aqui algumas dúvidas. Uma delas é este tipo de informação partidária que circula e que o próprio Estado vai veiculando no exercício das suas funções. Enfim...

Também não fará sentido que o Senhor Secretário de Estado tivesse marcado a reunião para o dia quinze de Junho, quando a catorze já estava aprovado o Decreto-Lei. Porque de facto era só para informar se assim fosse, que o Decreto-Lei estava aprovado. Portanto, não iria fazer mais nada do que isso.

A reunião decorreu com naturalidade, com normalidade, nós firmámos os nossos argumentos, aduzimos aquilo que seriam as nossas razões. O Senhor Secretário de Estado manteve-se inflexível em relação a alguns pontos e mostrou abertura em relação a outros. Especialmente em relação a dois: à questão do pórtico que liga Aveiro à Barra e à questão das isenções. Registei com agrado que esses dois assuntos tenham sido, conforme ele garantiu nessa reunião que tivemos, “agarrados” pelo Senhor Secretário de Estado e tenha-lhes dado a devida continuidade.

Sr. Manuel Prior, quanto à questão dos moliceiros e das proas. Nós temos andado a avaliar, no concreto, a situação. As dobradiças não nos parece ser solução nenhuma. Fizemos um levantamento das situações todas, das pontes todas, e concluímos o seguinte: há três pontes que criam problemas aos moliceiros. Estão as três com uma cota inferior à cota da Ponte de Praça. Estamos já a desenvolver estudos e desenhos nesse sentido e a ideia é levantar essas três pontes. Uma delas, tem um problema mais grave, será necessário subi-la cerca de sessenta centímetros e as outras andarão pelos trinta e tal, quarenta centímetros, que têm de subir.

Mas a ideia é tentar encontrar essa solução e aí termina de vez essa questão das dobradiças e do problema dos moliceiros, resolvendo o problema dessas três pontes que são as pontes construídas mais recentemente no canal.

Quanto à Escola de Eirol. Tomámos uma decisão. Somos contrários ao encerramento da escola de Eirol, e manifestámos isso de diversas formas à DREC.

No entanto o Ministério da Educação, no uso da sua competência legal e contrariando aquilo que foi o protocolo que tinha assinado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, fechou a escola — contrariamente à nossa vontade. E como estamos num Estado de Direito, quem pode manda. Quem pode, manda!

Quanto à questão dos transportes. Como dizia e muito bem, não faz sentido nenhum que a Câmara tenha sido contra o encerramento e portanto que continuasse a funcionar lá. O Ministério fecha a escola e depois imputa à Câmara a questão dos transportes dos alunos de Eirol!? Isto não faz sentido. O único problema é que os prejudicados neste processo são os alunos. Não é o Ministério, nem somos nós, são os alunos que sofrem. Daí que tenhamos encontrado uma solução para ultrapassar essa questão, em nome dos alunos, que naturalmente merecem toda a nossa atenção.

Quanto a outras questões pendentes com o Ministério da Educação. Nós na passada semana tivemos uma reunião com a Sra. Directora Regional da Educação do Centro em que se elencaram todas as questões que nos separavam, todas as dúvidas existentes, e parece-nos que esta é a altura para apontar caminhos de entendimento entre as partes e ver se encontramos boas soluções, porque as decisões que tomarmos (boas ou más) vão ter sempre como consequência fazerem-se sentir nos alunos.

Quanto à questão dos duzentos e cinquenta milhões. Já aqui foi referido, foi lapso. A Dra. Ana já o disse que foi lapso, pedindo desculpa desse lapso.

Em relação à Comunicação. Estamos a preparar melhorias. E eu quero garantir ao Dr. António Salavessa que a nota que aqui fez não caiu em “saco roto”. E, naturalmente, vamos procurar melhorar nessa área, onde há muito para melhorar. Teremos muito gosto se essa melhoria se vier a verificar.

Quanto ao Conservatório de Música. Nós temos tido diversas reuniões com a Parque Escolar. No essencial as coisas estão alinhavadas mais ou menos certas. Vamos ter em breve uma reunião que nos parece ser a última reunião, que irá fechar este processo.

Já está resolvida aquelas duas questões, que falou, dos terrenos. Aquela casa que está ao lado do Conservatório está envolvida neste acordo com a Parque Escolar e envolve também o terreno que está a Sul da Escola Mário Sacramento. Como sabem, a Parque Escolar está também a preparar uma intervenção profunda na Mário Sacramento (muito profunda mesmo) e pretende aquele espaço para a construção de um pavilhão desportivo, e também esse aspecto será incluído neste acordo com a Parque Escolar.

Quanto à apresentação do contencioso que a Dra. Ana Seíça Neves falou, e muito bem, pareceu que era redundante e até um pouco desrespeitador – pareceu-me, é legítimo que cada um pense aquilo que quiser – andar há oito ou nove anos a reproduzir fotocópia de fotocópia daqueles processos que lá estão. Pareceu-nos que, em termos de metodologia, seria mais correcto, da nossa parte, nestas seis comunicações que acontecem durante um ano nesta Assembleia, se desse nota daquilo que foram esses movimentos registados em cada processo, e depois, em termos de apresentação final do ano, apresentar essa relação completa sem a redundância que é habitual e que aparece desde dois mil e um, desde mil novecentos e noventa e nove. Andar sempre a reproduzir o historial não nos pareceu correcto.

Quanto ao concurso e aos nove dias. Eu não respondi da outra vez porque, como nós no ponto dois ou três da ordem de trabalhos vamos falar sobre educação, podia, eventualmente, encaixar essa resposta. Mas tenho sempre imenso gosto em procurar prestar os esclarecimentos possíveis, nomeadamente nesta questão que é uma questão sensível e que merece ser dissecada.

Como sabem, com a recente publicação do programa “Mais Centro” surgiu a possibilidade, no âmbito das construções escolares, de poder haver uma valorização de

mais dez por cento na participação da União europeia e do Estado para essas obras. O único constrangimento que este programa tem é o seu limite temporal. E diz assim: «No dia vinte e nove de Outubro, às dezoito e trinta, terão que ser entregues as candidaturas que têm que ter já um elevado grau de maturação. E que, para isso, obriga a que nesse dia e a essa hora, esteja já publicado em Diário da República o respectivo concurso. E só serão admitidas as candidaturas que, no dia 29 de Outubro, estejam todas completas e já com os concursos abertos em Diário da República».

Ao verificar isto, tivemos uma reunião com os serviços, neste sentido: para cumprirmos todas as obrigações legais que temos que cumprir nestes processos é ainda temporalmente possível avançar com um concurso para a elaboração de projectos de arquitectura e especialidade? E fazem as contas do fim para o princípio. Começam no dia vinte e nove e vão andando para trás, cumprindo aqueles prazos todos e dizem assim: se for aberto dentro de “não sei quantos dias” ainda dá para ter nove dias para concorrerem. E então avançámos.

Por isso é que eu pensava que este assunto pudesse ser colocado no próximo ponto, porque avançámos porque temos vontade em concretizar e em resolver. Avançámos com o concurso...

Em relação ao concurso com que avançámos levantaram-se três dúvidas. A primeira dúvida tinha a ver com a questão do preço. Pedia, segundo opiniões que chegaram, preço baixo. Isso, penso que não me beliscou minimamente porque se fosse preço baixo ninguém concorria e estava o problema resolvido. Não estávamos aqui com nenhum tipo de problema.

A segunda questão que se levantou foi em relação a ser um tempo curto. Isto é, depois da apreciação da proposta até “não sei a quanto dias de Outubro” seria curto para poderem ser concretizados os projectos de arquitectura e de especialidades. Era curto, bem... seria ou não seria. Também aqui não nos parece ter havido um óbice grande, ou qualquer dificuldade, em podermos avançar com o processo.

A questão está, e a dúvida surge, quando se levanta a terceira e última questão. E aí é que hesitámos e porquê? Porque a terceira questão tem a ver com o seguinte: na preparação técnica do concurso – ultrapassa aquela questão da decisão política do avançar com o concurso nestes dias, nestes prazos, para que se consiga aquele objectivo – é incluída uma cláusula que obriga os potenciais concorrentes a que, no final dos nove dias e com a apresentação da sua proposta, essa apresentação da proposta seja já acompanhada com estudos prévios dos projectos para as escolas. E aqui, sim! Quando nós próprios conhecemos esta terceira questão, hesitámos porque aí podia estar em causa o princípio que é fundamental na gestão pública: a questão da transparência. Aqui era muito duvidoso. Quando temos dúvidas e quando nos parece na análise, apesar das razões todas, que isto poderia suscitar alguma dúvida e poderia pôr em causa esse princípio da transparência, aquilo que fizemos foi o que tínhamos, em consciência, a fazer: foi, anular o concurso.

Foram dadas indicações aos serviços, nesse dia, que estão a preparar, no fundo, o mesmo processo – no essencial o mesmo processo – mas agora sem o constrangimento do dia vinte e nove de Outubro. Portanto, agora não há razão nenhuma para andarmos a apertar prazos e para termos pressa. Podemos estender mais no tempo - e é o que está a ser preparado - e acreditamos que em breve esse concurso irá ser aberto. Entretanto, porque não queríamos perder esta oportunidade do “Mais Centro” e podermos ir buscar esse suplemento de dez por cento, há quatro projectos que estão a ser preparados internamente pelos serviços técnicos da Câmara, já estavam numa fase adiantada, e serão esses quatro projectos que iremos candidatar ao “Mais Centro”. E parece-nos que são suficientes, na medida, como sabem, o valor total do “Mais Centro” para este ano, nesta área, é de quinze milhões de euros. Ora, na região centro há cem municípios. Não sei se os cem irão

apresentar candidaturas, mas mesmo que só um terço, se trinta municípios apresentarem candidaturas, o valor de quinze milhões não vai dar satisfação a esse casos todos. É esta a explicação e é este o enquadramento neste processo.

Quanto à ERSUC. Está tudo já definido e acertado com a Junta de Freguesia de N. Sra. de Fátima – agradecer aqui ao Sr. Presidente da Junta o empenho e o interesse que revelou neste processo – e em meados de Julho a ERSUC já foi informada qual será o percurso e os trabalhos que tem a fazer para se concretizar tudo, e para que, em Março, se a obra estiver concluída, essa via alternativa possa também estar construída.

Quanto à Renault-Nissan. Quanto ao projecto, nós criámos na Câmara, como é nosso dever, uma via-verde para este processo que, como imaginam, é de uma complexidade enorme. Tudo tem corrido muito bem, temos tido reuniões em Lisboa, as coisas estão a ir muito bem, e é credível que no início, ou nos primeiros meses, de dois mil e onze a obra da Renault-Nissan possa ter o seu início, até porque, também já dei essa informação na reunião de Câmara, já foi reconhecido o interesse nacional – o PIN – desse empreendimento.

Quanto à Portucel. É um projecto importante – relevar também aqui o papel que a Junta de Freguesia teve, o Sr. Casimiro, neste processo todo, com todo o interesse e todo o entusiasmo. Foi um processo que se arrastou durante três anos para tentar este entendimento e este acordo que já foi obtido e aprovado pelo Conselho de Administração da CEMAP, já está aprovado também em reunião de Câmara, e, oportunamente, será assinado o protocolo. No fundo, o que se prevê é que, no essencial, haja um investimento da Portucel, naquela zona, de cerca de trezentos e cinquenta milhões de euros. É um investimento superior à própria Renault-Nissan – que como sabem é de duzentos e cinquenta milhões – com a criação de cerca de duzentos e cinquenta postos de trabalho directos com este projecto, que é idêntico também ao da Renault, e também muitos postos de trabalho indirectos.

Estes dois projectos, Renault-Nissan e Portucel, representam um investimento, numa época tão difícil, aqui e em todo o País, seiscentos milhões de euros, quinhentos postos de trabalho directos e mais de mil postos de trabalho indirectos, o que é importante.

Permitam-me apenas uma nota final, em relação aos pelouros, para dizer o seguinte. Eu tento sempre compreender as posições individuais ou até grupais em todos os processos e em todas as situações. Tudo o que se passou foi conversado, foi dialogado, com as pessoas, e foi aprofundado e acertado com quem tinha de ser: com as comissões políticas concelhias dos dois partidos. Foram essas comissões que foram eleitas pelos seus filiados para representar o partido em Aveiro. O que aconteceu foi, exactamente, isso.

Respeito muito as posições individuais, mas tenho que, naturalmente, respeitar muito mais as posições institucionais de quem foi eleito para representar o partido e para tomar essas decisões. Muito Obrigado.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa [042](#)

Vogal António Salavessa (PCP) [043](#)

Vogal João Pedro Dias (BE) [044](#)

(Entretanto saiu da sala o Vogal Raúl Ventura Martins)

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) [045](#)

Presidente da Mesa [046](#)

Vogal João Barbosa (PS) [047](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [048](#)

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) [049](#)

Presidente da Mesa [050](#)
Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) [051](#)
Vogal Gonçalo Fonseca (PS) [052](#)
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [053](#)
Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [054](#)
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [055](#)
Vogal António Salavessa (PCP) [056](#)
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [057](#)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara [058](#)

De seguida o Presidente da Mesa, deu por encerrada [059](#) a segunda reunião da Sessão Ordinária de Setembro, informando que a próxima reunião será no dia 12 de Outubro (3.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 00:30 horas do dia 07 de Outubro de 2010.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)